

Estoicismo e *imperium*: a *virtus* do homem político romano

Renata Lopes Biazotto Venturini

Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: relobia@uol.com.br

RESUMO. Esse artigo tem como objetivo estudar as relações entre o Estoicismo e o Principado, a partir da leitura da correspondência pliniana. Plínio, o Jovem era originário de uma família equestre que ascendeu ao senado. Após ter exercido uma oposição política moderada sob o reinado do imperador Domiciano, ela se tornou um dos ideólogos e um dos participantes mais ativos do poder imperial durante o reino de Nerva e de Trajano. Como homem político exaltou a *virtus* encontrando respaldo no *mos maiorum* (tradição), e na moderação estoíca. Dirigente de um círculo cultural e político e amigo íntimo de Trajano, Plínio ilustrou a ótica do imperador, sobretudo a ideologia de um grupo senatorial de conciliação permanente entre a cúria e o príncipe, buscando legitimar a política do César e orientar os interesses senatoriais.

Palavras-chave: Plínio, o Jovem, *amicitia*, política imperial, patronato.

ABSTRACT. *Stoicism and imperium: the virtus of the roman political man.* The objective of this article is to study the relationships between Stoicism and the Principate by reading letters by Pliny. Pliny the Younger came from an equestrian family that rose to the senate. After opposition under the reign of Emperor Domitian, it became one of the ideologues and most active participants in imperial power during the reign of Nerva and Trajan. As a political man, he extolled *virtus*, finding support in the *mos maiorum* (tradition), and stoic moderation. Leader of a cultural and political circle and close friend to Trajan, Pliny illustrated the Emperor's views, particularly the ideology of a senatorial group for permanent conciliation between the Curia and the prince, seeking to legitimize the politics of the Ceasar and guide senatorial interests.

Keywords: Pliny the Younger, *amicitia*, imperial politics, patronage.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo compreender as relações de poder em Roma dando ênfase ao entendimento do patronato na época dos Flávios, em particular a *amicitia principis* no governo de Trajano. Ao lado da apresentação dos pressupostos já conhecidos e apresentados pela historiografia contemporânea, no que se refere às instituições políticas romanas, direcionamos nosso estudo para as cartas de Plínio, o Jovem (61-113 d.C.), para elucidar a íntima ligação entre amizade e política no âmbito das relações patronais.

O termo patrono era utilizado para descrever o papel que o indivíduo tinha na sociedade, bem como a atenção que ele recebia em função de suas capacidades materiais e morais: elas lhe davam autoridade (*auctoritas*) para atuar publicamente, tornando possível a reunião de um grupo de amigos (*amicus*) ao seu redor. Assim, a *auctoritas* provinha da *virtus*, isto é, do conjunto de qualidades que o homem político poderia e deveria reunir no exercício da vida pública. Eram virtudes ligadas ao estoicismo e coerentes com o *mos maiorum* (tradição, costume mais antigo).

Para compreendermos essa interpretação política da *amicitia* apresentaremos, inicialmente, nosso interlocutor – Caio Plínio Cecílio Segundo. Tendo como pressuposto básico a natureza da documentação, - cartas dirigidas a destinatários bem definidos -, reconhecemos a íntima ligação entre autor, obra e público. A relação triangular entre Plínio, o Jovem, suas cartas e seus leitores e ouvintes nos permite evidenciar a dimensão social e política de seus escritos. Trata-se de analisar não apenas o homem político no exercício de suas funções dirigentes, mas também na relação com seus concidadãos.

A correspondência pliniana

Antes de extraírmos um significado substancial dos documentos literários, é preciso especificar as características que envolvem sua constituição. Compreender a natureza de uma obra é o primeiro passo na ótica das pesquisas históricas. Como afirmou Eric Auerbach (1987) “a linguagem nos delata”. Sempre devemos perguntar quem é o indivíduo que a profere.

A obra de Plínio, o Jovem apresenta um total de 368 cartas que se encontram distribuídas em dez

livros. Os nove primeiros livros reúnem a correspondência de caráter privado. São cartas endereçadas a indivíduos que fazem parte do círculo social de Plínio, como senadores, governadores de províncias, equestres, funcionários municipais, ou ainda, seus familiares.

O conteúdo das cartas é tão amplo quanto diverso. Segundo o próprio Plínio, seus escritos são *epistulae curatius* (GUILLEMIN, 1938). Os assuntos tratados vão desde problemas de natureza econômica até a discussão de temas especificamente urbanos, tais como: os negócios públicos, a ocupação de cargos, a recomendação para a carreira política, discussões jurídicas, o funcionamento do senado, o espaço agitado da *Urbs*, a vida cotidiana em Roma com o convite para as leituras públicas, e para os jantares na casa de amigos, o aconselhamento, sua jornada como homem público, sua vida familiar, seus interesses literários.

A correspondência de Plínio, o Jovem termina com o Livro X (SECUNDUS, 1972) contendo a reunião das cartas endereçadas ao imperador Trajano. Trata-se da reunião das missivas enviadas pelo governador do Ponto - Bitínia ao poder central, acompanhada das respostas imperiais e se apresentam como uma compilação de jurisprudência administrativa. A maioria das cartas foi ditada pelo imperador e tinha caráter pessoal, consolidando um modelo de patronato imperial. Elas apresentam o conjunto dos problemas enfrentados por Plínio enquanto governador. É uma verdadeira resenha de sua administração provincial, interrompida no ano de 113 d.C., acredita-se, pela sua morte.

Quando buscamos entender a correspondência pliniana, estamos considerando o estreito vínculo entre Plínio, o Jovem e o seu meio social. Ele próprio era um homem que ocupava uma posição privilegiada na sociedade romana. Seus escritos são ricos em detalhes biográficos. Dele podemos depreender que Plínio foi um grande proprietário rural e homem público.

O total de cartas reunido nos dez livros da correspondência está inserido em um mundo não-ficcional, envolvendo personagens históricos do porte de Tácito, Suetônio, Marcial, e o próprio imperador Trajano. Sua riqueza temática já foi ressaltada por vários autores, entre eles destacam-se Eugéne Allain (1901), Júlio Castilho (1906) e Sherwin-White (1998), reconhecido estudioso de Plínio. Nas palavras de E. Allain estar na companhia de Plínio é conhecer o

[...] senado, onde se julga crimes de direito comum, onde os cônsules imperiais dissimulam, sob as ações de graças republicanas, a realidade de sua servidão; à Basílica Júlia, repleta tanto de entusiastas sinceros quanto de rumores pagos; à sala de leituras, onde os gritos de alegria se acabam num bocejo.... Ouvindo Plínio nós conheceremos todos os casamentos, todas os nascimentos, todas as mortes, todos os testamentos, todos os orçamentos, todas as posses da toga, todas as agonias, todos os sucessos, todos os reversos da intriga ou do mérito... Com Plínio nós aprenderemos que as terras aumentaram de preço... que a sociedade romana se inclina, como a nossa, mais voluntariamente diante do dinheiro do que da virtude [...](ALLAIN, 1901, I-II).

Plínio, o Jovem se identificou com o meio social que o envolvia e que está presente em suas Cartas. Tal identidade pode ser atestada por sua escala de valores, já que suas palavras estavam fundamentadas na certeza de que a virtude era o supremo bem. Ele próprio era um homem que ocupava uma posição privilegiada na sociedade e que admirava os homens de moral. Deste modo, é necessário levar em conta o caráter histórico, filosófico e a vocação moralizadora-estética das Cartas, pois ela nos facilita a compreensão do pensamento adotado pelo seu autor.

A carreira pública de Plínio se conclui com o governo da província do Ponto-Bitínia. Sua chegada, bem como os primeiros trabalhos executados na região, são descritos na Carta X, 17,

[...] Eu cheguei na Bitínia um pouco mais tarde que pensei, isto é, em 17 de setembro. [...] Agora eu examino as despesas públicas da Prússia, suas rendas, suas dívidas; quanto mais faço este trabalho, mais me dou conta da necessidade de fazê-lo [...]. Senhor, eu te escrevo estas linhas logo depois de desembarcar (SECUNDUS, Carta X, 17).

A confirmação de sua carreira também pode ser lida na inscrição encontrada, originalmente, nas termas de Como, cidade natal de Plínio, por sua própria disposição testamentária. Desde a Idade Média, a placa contendo a inscrição foi transferida para Milão e conservada na Basílica de Santo Ambrósio.

A partir desta epígrafe, observamos que o nome de Plínio está no caso nominativo, pois ele se apresenta como o autor das doações que são mencionadas na segunda parte da inscrição: "... *in alimenta puerorum ...*" / "... *in tutelam bibliothecae ...*" Ela se inicia com seu nome, após a adoção pelo tio Plínio, o Velho, de quem Plínio já assume o *nomen C. Plinius Caecilius Secundus*. Em seguida, encontramos a indicação de sua procedência - tribo Ufentina que é característica dos cidadãos de Como

-, bem como a apresentação de sua carreira pública: *consul Suffectus* (em 1º de setembro do ano 100 d.C., quando pronunciou o “Panegírico de Trajano”); *augur* (cargo sacerdotal ocupado entre os anos de 103 e 104 d.C.); funções consulares (*legatus pro praetore* ocupada quando esteve na Bitúnia no ano 111 d.C.), *curator alvei*; funções Pretórias (*Praefectus aerari Saturni*); “*praefectus aerari militari*” (administrador da casa militar sob nomeação do imperador Nerva no ano de 98 d.C. e pelo imperador Domiciano no ano de 95 d.C.); *praetor* em 93 d.C.; *tribunus plebis* (função exercida em 92 d.C.); e *quaestor imperator* (entre os anos de 89-90 d.C.).

Ainda no que se refere ao *cursus honorum* de Plínio, ressaltamos que logo no início de sua carreira, ele ocupou o cargo honorífico de *servir equitum*, reservado aos jovens mais ricos e promissores. Este cargo implicava a obrigação de celebrar jogos. Posteriormente, foi *tribunus militaris* na III Legião Gálica, na Síria, e finalmente, *decenviri stilibus iudicandis*, isto é, um dos membros do vigintivirato.

Em Roma, Plínio é magistrado, homem das letras e cidadão comum; fora de Roma ele usufrui de suas *villae*, faz frutificar seus domínios: ele é um *amicus* e um patrono generoso. Ele não renuncia à eloquência. A confiança do Senado o faz advogar contra *Iulius Classicus* e contra a Bitúnia.

Essa ação jurídica de Plínio, o Jovem é conhecida de Trajano e quando, no ano de 111 deseja confiar o governo do Ponto-Bitúnia a um indivíduo que compartilhe suas aspirações, nomeia Plínio.

Entretanto, como a província era senatorial, o Senado aceitou transformá-la em província imperial para que o imperador tivesse o direito de nomear diretamente o governador. Tal concessão era extraordinária e o governador partiu com o título de *legatus pro praetore Ponti et Bithyniae consulari potestate*. Plínio desembarcou na Ásia, em Éfeso, e chegou na província em 17 de setembro de 111 (SECUNDUS, Carta X, 17).

Plínio, o Jovem era originário de uma família de cavaleiros e chegou até a *ordo senatorius*. Embora *homo novus*, ele assumiu rapidamente a *forma mentis* senatorial, tanto na qualidade de *amicus principis* quanto na qualidade de dirigente de um influente círculo cultural e político.

A política do patronato

Roma mantinha uma sociedade estratificada onde o patronato representava uma possibilidade de igualdade. Neste aspecto, a *fides* tinha importante papel como parte das relações políticas pessoais. Essa relação envolvia uma expectativa de reciprocidade

governada por normas comumente descritas no relacionamento privado entre amigos e entre “partidários” políticos.

Autoridade e poder pessoal eram elementos essenciais nas formas de condução do governo romano e possuíam uma inegável força de coesão social, vindo reforçar a estrutura de poder na sociedade.

O imenso território que Roma possuía, assim como o sistema social e a manutenção da coesão do império reclamavam imperiosamente o poder monárquico. A figura de Augusto se institucionalizara cada vez mais, enquanto a competência real dos imperadores residia no poder patronal de essência militar, já que ele influenciava o restante dos cidadãos como seu “*patronus*” supremo à frente de uma gigantesca clientela.

O patronato não era somente uma estrutura de poder, mas também era um sistema para a reprodução do poder;

O sistema político romano em todos os tempos, demonstrou algum tipo de direito regional na representação no governo. Entretanto, o acesso era mediado através de indivíduos. Foi essa inacessibilidade ao centro, exceto através de círculos pessoais, que gerou o poder do patronato, e foi através do exercício deste poder que o patronato promoveu a integração social sem limites e assegurou o controle social (WALLACE-HADRILL, 1989, p. 74).

A relação patronal envolvia a troca entre aqueles que estavam mais próximos do centro de poder e aqueles que estavam mais distantes dele, mas tinha como objetivo mediar recursos por meio das relações pessoais. Tratava-se do exercício pleno da *amicitia principis*.

A *amicitia* diante do poder imperial

A importância político-social no período de governo da *gens* flaviana parece residir na personalidade de Trajano. Os romanos aprovavam a necessidade de diferenciar seu reinado dos reinos precedentes, particularmente aquele de Domiciano. Enquanto a época de Trajano simbolizava um verdadeiro *saeculum* com o início de um século bom e tranquilo (CIZEK, 1983), a época de Domiciano era o símbolo da tirania e da opressão.

Domiciano reprimiu os mestres da filosofia, levando-os ao exílio ou à morte. Solidário com a dinastia dos Flávios, ele continuou a monarquia absoluta, centralizada e burocrática, acentuando o despotismo. Todavia, com Nerva, seu sucessor, este quadro já mostrava sinais de mudança com a restauração da *libertas publica*.

Sobre os passos de Nerva e destinado a modificar a política instaurada por Domiciano, Trajano foi nomeado imperador. Ele simbolizava a nova cúria, pois era o representante do novo grupo de senadores originário das províncias romanizadas e figurava como o restaurador da *persona* e da *dignitas*, o que significava que a competência moral e profissional e a dignidade deveriam ser usadas em favor das magistraturas do Estado. Nesta atmosfera de moralidade os representantes dos grupos sociais dominantes buscavam aperfeiçoar a arte de exercer bem o seu papel como homem público. Trajano era o modelo a ser seguido pelo *populus romanus*, uma vez que reunia as virtudes do monarca ideal simbolizadas pela coragem, pela generosidade, pela justiça, pela clemência e pela piedade. Portanto, era o *rex* que se opunha ao *tyrannus*, que era o símbolo da soberba, da luxúria, da crueldade e da inércia.

Entretanto, por mais absoluto que fosse o poder do príncipe, ele não podia governar sozinho. Ao contrário, ele se apoiava em um numeroso círculo de parentes e amigos, isto é, o conselho dos *amici* ou o *consilium principis*, que tendia a se institucionalizar e a substituir algumas funções do senado. É nesse contexto que a instituição da *amicitia* estava onipresente.

A *amicitia*, que poderíamos traduzir muito genericamente por amizade, sugeria diversas formas de envolvimento social. Quando nos referimos à instituição da *amicitia* já deixamos transparecer tal diversidade. Ela significava uma relação entre os *amici*, na qual a afetividade vinha se ligar às determinações pragmáticas da vida política. Ela não era somente um laço subjetivo de afeição, mas era também uma ligação objetiva baseada na assistência mútua e na *fides* isto é, na lealdade entre os *amici* (HELLEGOUARC'H, 1972).

A *amicitia* designa, de modo mais amplo, as relações favoráveis entre indivíduos ou entre grupos políticos. Ela pode estar associada ao parentesco, ao interesse entre as partes envolvidas, como também pode estar ligada à ideia de camaradagem, a ideia de dependência, medindo o grau de intimidade das relações estabelecidas.

A *fides* comporta um conjunto de obrigações recíprocas, ou seja, os *officia*, constituindo-se no fundamento da atividade política. É através do *officium* que o patrono exerce sua *ambitio* e se esforça para adquirir a *gratia*. É uma forma de influência que consiste no fato de poder dispor, por meio de seus amigos e clientes, de um número importante de votos para atuar em favor próprio ou em favor daqueles que sustentam sua ação política.

Se a *fides* e a *amicitia* são palavras que indicam o laço unindo o homem político àqueles que dele

dependem, a *auctoritas* expressa, de modo mais completo, o lugar que ele ocupa na sociedade segundo o seu grau de influência política. Ela é consequência de um conjunto de elementos materiais - como *genus* e *diuitiae* -, e morais - como o conjunto de qualidades que compõe a *virtus* -, todos elementos determinadores da capacidade de atuação política.

A *amicitia* não repousava sobre relações construídas ao acaso. Tratava-se de uma verdadeira organização que impunha obrigações variadas aos seus membros. Tal condição se justificava pela própria ordem constitucional romana. Era sempre em um espaço limitado e fechado que as discussões políticas se desenvolviam. Elas eram elaboradas *in arto*, isto é, em lugar restrito e protegido dos olhares indiscretos, acabando por caracterizar a formação de círculos culturais e políticos, e por desviar as atividades do 'fórum' para espaços particulares. Tais círculos tinham funcionado durante o período republicano, mas no Império eles aumentam consideravelmente, acabando por substituir as facções políticas tradicionais. Na República, os magistrados estavam restritos a um pequeno círculo de famílias abastadas, controlando e limitando o poder das assembleias. Além disso, as magistraturas eram anuais, o que dificultava o estabelecimento de um programa governamental ou de discussões políticas mais amplas (CIZEK, 1983, p. 163).

Os *circuli* não se assemelhavam a partidos políticos modernos, pois não funcionavam segundo as adesões ou os programas oficiais. Na verdade, o mesmo indivíduo podia frequentar vários círculos, geralmente reunidos nas casas de senadores e cavaleiros, e nas escolas dos mestres de filosofia. Eles nasciam em função das relações de amizade, das afinidades políticas e literárias e também, como um prolongamento do sistema de clientelas coletivas.

Estoicismo e *imperium*

O Principado representou uma nova estrutura política que respondia a uma nova situação. O poder imperial em Roma configurava-se na pessoa do *princeps*. O Senado, que ocupava o primeiro lugar da representatividade política no período republicano, passa a subordinar-se à figura do imperador.

O imperador era o *pater patriae*. De acordo com a *auctoritas* ele era o patrono da Itália e exercia a tutela sobre uma imensa quantidade de indivíduos, pois o Império Romano oferecia o equilíbrio ao mundo pelo universalismo que dependia de um só homem.

Em todos os níveis, o poder imperial se apoiava na *auctoritas*. A *auctoritas principis* ilustrava o prestígio, a supremacia moral traduzida na *virtus*, na *iustitia*, na *clementia*, na *fides* e na *pietas*. Ela resumia o valor da

justiça associada à clemência daquele que controlava a lei, a confiança que ele inspirava como chefe político e religioso.

A *auctoritas* era a expressão do poder e da influência política em Roma. Era o resultado de um conjunto de fatores materiais, intelectuais e morais que se faziam publicamente conhecidos e justificavam a superioridade política para exercer uma função dirigente. Ela representava uma mistura de poder político e de prestígio social, traduzidas no estoicismo.

Nas relações entre o estoicismo e o *imperium* é preciso distinguir os casos. Augusto encorajava os filósofos na esperança de que os estudos pudessem renovar a vida. Tibério recebeu os ensinamentos dos estoicos, mas cedeu ao poder, e o fim de seu reinado assistiu ao exílio do filósofo Attalus. Sob Calígula, os filósofos cresceram na representação junto à aristocracia. Quanto a Cláudio, exilou Sêneca por razões pessoais. Nero reteve apenas a retórica como ensinamento de seu mestre Sêneca.

Segundo Jean-Marie André, a época de Augusto legou uma filosofia integrada às gerações seguintes, mas pouco ativa do ponto de vista doutrinário. No período júlio-claudiano, em particular a partir do ano de 65 d.C., vivenciou seu período mais crítico. Todavia,

[...] reconquistou a primazia cultural, espiritual, política, graças aos ensinamentos de Sêneca, prolongado por um tipo de regência moral. O discurso do poder soberano no outono de 54 d.C., o *De Clementia*, sublinhava com clareza a reconciliação do poder e do pensamento dominante. Após o reinado da retórica político-judiciária, auxiliares do absolutismo do príncipe, acreditava-se assistir ao triunfo da sabedoria, da filosofia,..., de uma filosofia que foi capaz de ensinar os costumes e iluminar o Estado (ANDRÉ, 1994, p. 17-18).

Na dinastia de alguns Flávios, como Vespasiano e Domiciano, os filósofos são expulsos, os estoicos exilados ou condenados à morte. Há três razões que marcam a relação conturbada entre os filósofos e os imperadores: os motivos religiosos, as reprovações morais e os motivos políticos.

Os motivos de ordem religiosa estão vinculados às discussões sobre a natureza da divindade. Os fundamentos do direito e da legislação podiam fomentar um ceticismo perigoso. Os estoicos mostravam que deus e natureza eram sinônimos e o destino aparece como a causa e a necessidade, ou seja, está inserido na ordem do mundo e segue os passos dos homens para punir suas faltas. Por isso a vida é incerta.

Entretanto, a religião visava manter a ordem estabelecida. Os romanos designavam por *pietas* o laço existente entre os ritos e os indivíduos no interior do mundo. Essa noção se estendia à relação entre pais e filhos, como também a relação entre as diferentes categorias sociais, e determinava o estabelecimento de compromissos.

As reprovações de ordem moral se mostram na acusação de imoralidade delegada aos filósofos e na reação estrangeira. A moral romana possuía uma orientação nítida, cujo fim era a subordinação do homem à cidade, e o filósofo era um estrangeiro.

As razões de ordem política vão mais além. Os estoicos passaram por inimigos do Principado porque reivindicavam a liberdade, muito embora a liberdade reivindicada fosse essencialmente interior. Se pensarmos na concepção do Principado como primado da virtude, poderemos considerar as apreensões que um imperador pouco virtuoso podia nutrir com relação aos filósofos.

Embora a oposição estoica no império fosse de caráter moral e não político, as perseguições continuaram, principalmente durante o reinado de Vespasiano (71 d.C.) e Domiciano (93 d.C.). Na Carta I, 10, endereçada a Attius Clemens, podemos ler as virtudes estoicas admiradas por Plínio,

Se algum dia os estudos floresceram em Roma, nunca floresceram como hoje. Eu poderia citar muitos exemplos: será suficiente para ti apenas um; aquele do filósofo Eufrates. Eu o conheci na Síria, na minha juventude, em minhas primeiras campanhas. Estava admirado com ele, e esforçava-me para estudá-lo profundamente. Empreguei todos os meus esforços para conseguir a sua admiração(..) Talvez somente hoje eu admire tuas virtudes por conhecê-las melhor. Em seus discursos reina uma abundância, uma variedade que encantam, sobretudo uma doçura que entretém o mais rebelde. Seu exterior não desmente o restante... Seus hábitos são singulares, sem tristeza, seu semblante é sério, sem ser temeroso. Sua extrema palidez se assemelha a pureza de seus costumes: ele faz guerra aos vícios e não aos homens (SECUNDUS, Carta I, 10).

Mais propriamente a respeito das perseguições sofridas pelos filósofos, Plínio escreve a Carta IV, 11, endereçada a Minucianus:

Tu ouviste dizer que Valerius Licinianus ensina retórica na Sicília? Após ter sido pretor, ele ocupava o primeiro lugar no quadro político. Que queda! De senador ei-lo exilado! De advogado, ei-lo retor! Eu seus próprios discursos de abertura, pôs-se a escrever num tom grave e triste: 'Fortuna, estão aí suas alegrias! Tu fazes os professores da escola passarem ao Senado, e do Senado, tu os envia novamente à escola!...' Logo que ele entrou coberto com um

manto grego (pois os banidos perdiam o direito de usar a toga), voltando os olhos ao manto que trajava, disse: ‘É em latim que vou falar! Tu dirias a ele: Que triste e deplorável sorte!’ Digna daquele que vou desonrado de todos os seus talentos por um incesto! É verdade que ele confessou o incesto, mas não se tem certeza ainda, se foi o temor ou a verdade que o levaram a confessar. Domiciano detestava a todos, gritava pois não tinha ninguém para apoiar seus atos sanguinários (SECUNDUS, Carta IV, 11).

Plínio segue descrevendo a atitude de Domiciano que havia condenado à morte uma vestal, embora destituído de provas e testemunhos, e perseguido Licinianus sobre o pretexto de que este escondesse uma liberta de Cornelia, a vestal condenada. No final da mesma carta, Plínio destaca a atitude de Nerva, sucessor de Domiciano, transferindo o acusado para a Sicília, “...onde mantém uma escola, e se vinga da Fortuna nos princípios de suas lições”.

Devemos lembrar que embora Plínio, o Jovem tenha vivido durante o reinado de Domiciano, permaneceu ileso às suas perseguições. As críticas que faz ao comportamento cruel do imperador (Carta IV, 11), tornam-se públicas somente no governo de Nerva, a quem Plínio elogia.

A relação de Plínio com Nerva está presente nas Cartas IV, 17 e IV, 22. Tais epístolas nos mostram como se trabalhava a *amicitia principis*. As promoções eram acertadas durante os jantares, tal como a oportunidade dada a Corelius Rufus,

Certo dia, na casa do imperador Nerva, a conversa recaiu sobre os jovens de uma bondade natural: a maioria me cobriu de elogios. Após ter guardado silêncio algum tempo, Corelius disse: [...] “sou obrigado a louvar Plínio acima de tudo, pois ele não fez nada sem os meus conselhos”. Eu me deu mais glória do que jamais teria ousado desejar, não somente proclamou a sabedoria de todas as minhas ações, como também as atribuiu aos conselhos do mais sábio de todos os homens (SECUNDUS, Carta IV, 17).

A ligação do autor das cartas com o poder imperial se mostra mais estreita durante o reinado de Trajano. O imperador desenvolveu sua administração recorrendo a ordem equestre. Os cavaleiros tinham adquirido uma influência social relevante desde o final do século I d.C., quando ocupavam as magistraturas locais e as funções provinciais e municipais. Tal situação levou a amplificação do aparelho burocrático imperial. Pouco a pouco, uma verdadeira carreira equestre foi tomando forma e a aristocracia patricia foi cedendo lugar a uma nova aristocracia senatorial recrutada entre os nobres das províncias.

Nas epístolas escritas a Trajano, podemos encontrar discussões pessoais, do interesse de Plínio, o Jovem. Nas Cartas X, 5 / X, 6 / X, 7, seus pedidos são atendidos pelo imperador, em particular a concessão da cidadania à Hélvia, Antonia Harmerides e ao médico Harpocras:

No ano passado, senhor, uma doença muito grave colocou minha vida em perigo; eu recorri a um médico, cuja solicitude e zelo eu não posso deixar de reconhecer, se tuas indulgências não ajudam a absolver-me. Então, eu te peço conceder-lhe o direito de cidadania romana. De fato, ele é de condição estrangeira, e recebeu a manumissão de um estrangeiro. Ele se chama Harpocras. Sua patronesse era Thermitis, mulher de Theon, morta há muito tempo. Eu te peço ainda, conceder o direito de cidadãos romanos à Hélvia e à Antonia Harmerides, libertas de Antonia Maximilla, mulher de grande distinção; aqui eu te envio o pedido da patronesse (SECUNDUS, Carta X, 5).

Eu te agradeço, senhor, por ter concedido, sem demora, o pleno direito de cidadãos às libertas de uma senhora, uma de minhas amigas, e o direito de cidadania romana ao meu médico Harpocras. Mas quando eu quis fornecer sua idade e sua renda, como tu me havias recomendado, pessoas mais instruídas que eu me advertiram que eu deveria obter para ele, primeiro, o direito de cidade em Alexandria, depois em Roma, porque ele era egípcio. (...) No entanto, eu não lamento minha ignorância, porque ela me permitiu receber de ti, vários favores para o mesmo homem. Eu te peço, então, para que a lei me autorize a gozar de teu benefício, conceder-lhe o direito de cidade, ao mesmo tempo, em Alexandria e em Roma. Para que nada possa ainda retardar o efeito de tuas bondades, eu enviei sua idade e suas rendas, como tu me havias prescrito (SECUNDUS, Carta X, 6).

A resposta de Trajano às solicitações de Plínio, o Jovem:

Eu tinha resolvido, seguindo a regra estabelecida pelos imperadores precedentes, conceder o direito de cidade, com muita precaução, apenas em Alexandria. Mas como tu já havias obtido para Harpocras, teu médico, o direito de cidade romana, eu não tenho coragem de negar tua petição. Todavia, tu deverás me informar sua procedência a fim de que eu envie uma carta a Pompeius Planta, governador do Egito, que é meu amigo (SECUNDUS, Carta X, 7).

A condição social de Plínio está presente em seus escritos. Ele exalta a virtude encontrando respaldo no *mos maiorum* (tradição), e na moderação estoica e demonstra as afinidades entre a aristocracia e o estoicismo, muito embora a filosofia estoica representasse, para alguns imperadores, ideais não-praticados no exercício do *imperium*.

Considerações finais

O estoicismo aparece estreitamente ligado à vida literária e cultural do Principado Romano. Ele se apoiava num rigor fundamental: era uma receita, uma fonte de utilidade prática e de progresso moral; mantenedor da *auctoritas*. Ele será o grande catalisador destas diretrizes literárias, até porque se trata de uma proposta voltada ao apego à tradição, onírica, segundo a qual as virtudes ancestrais deveriam guiar os passos da nova geração. Com isso, buscava-se, no plano do discurso, resgatar os antigos valores que orientariam a ‘classe política’ de Roma.

Plínio, o Jovem era originário de uma família equestre que ascendeu ao senado. Funcionário, colaborador dos imperadores, ele conhecia as instituições. Foi um homem público atuante. Revelou-se um porta-voz do sistema, fazia o discurso dos amigos de Trajano. Seus escritos eram a expressão do cotidiano romano. Mostravam desde as estratégias de aliciamento, usando-se termos em voga na sociedade romana da época, até assuntos banais que eram utilizados por ele para mera projeção pessoal. Essas temáticas eram bem aceitas socialmente, porque a sociedade romana apreciava seus porta-vozes. Tal apreciação demonstrava, em parte, o conhecimento da intimidade e da personalidade das pessoas retratadas, o que as tornava acessíveis ao público e, por conseguinte, conhecidas.

O estudo do Livro X (SECUNDUS, 1972), em particular, nos permite conhecer um modelo de administração política imperial baseado em laços políticos pessoais, em particular, na *amicitia principis*. A correspondência não se restringe a discussões de ordem puramente jurídica, mas apresenta vários problemas de uma província sob a *pax romana*, cujas soluções seguiam as orientações de seu mestre, um príncipe, detentor da *virtus* e colocado como um modelo na condução do *imperium*.

Referências

- ALLAIN, E. **Pline le Jeune et ses héritiers**. Paris: Fontemoig, 1901.
- ANDRÉ, J.-M. Les écoles philosophiques aux premiers siècles de l'empire. **ANRW**, v. 36, n. 2, p. 8-77, 1994.
- AUERBACH, E. **Mimesis**. A representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 1987. (“Estudos”, 2).
- CASTILHO, J. **Os dois Plínios**. Lisboa: Oficinas typographica e de Encadernação da Parceria Antonio Maria Pereira, 1906.
- CIZEK, E. **L'Époque de Trajan**. Circonstances Politiques et Problèmes Idéologiques. Traduit du romain par Caius Frantescu. Paris: Belles Lettres, 1983.
- GUILLEMIN, A.-M. **Les Lettres de Pline le Jeune**. Paris: Hachette, 1938.
- HELLEGOUARCH, J. **Le vocabulaire latin des relations et des partis politiques sous la République**. Paris: Belles Lettres, 1972.
- SECUNDUS, C. P. C. **Lettres**. (Livres IV-VI). Tradução de Anne-Marie-Guillemin. 3. ed. Paris: Belles Lettres, 1967.
- SECUNDUS, C. P. C. **Lettres**. (Livre X). Panégyrique de Trajan. Tradução de Marcel Durry. 4. ed. Paris: Belles Lettres, 1972.
- SECUNDUS, C. P. C. **Lettres**. (Livres I-III). Tradução de Anne-Marie-Guillemin. 6. ed. Paris: Belles Lettres, 1987.
- SHERWIN-WHITE, A. N. **The letters of Pliny**. A historical and social commentary. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- WALLACE-HADRILL, A. **Patronage in ancient society**. London and New York: Routledge, 1989.

Received on April 13, 2011.

Accepted on July 6, 2011.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.